



Resenha de

Angela Lúcia Ferreira, George Alexandre Ferreira Dantas e Yuri Simonini, (2018) (Eds.), *Contra as secas. Técnica, Natureza e Território*. Rio de Janeiro: Letra Capital: INCT/Observatório Metrópolis, 406 páginas.

O problema do conhecimento encontra-se no cerne do problema da vida.

Edgar Morin

Se a natureza é um objeto, como pode ela tornar-se parceira de um contrato?

Michel Serres

Uma dupla motivação nos reuniu neste dia singular, sete de novembro de 2018. A primeira, o aguardado lançamento do livro “Contra As Secas: Técnica, Natureza e Território”. A segunda, a comemoração dos 20 anos do Grupo de Pesquisa História da Cidade, do Território e do Urbanismo – HCUrb (vinculado ao Departamento de Arquitetura da UFRN). Encontramo-nos hoje sob os auspícios de ‘uma razão apaixonada’, expressão formulada por Ilya Prigogine (Prêmio Nobel de Química 1917-2003) ao defender o papel desempenhado pela paixão no conhecimento, além dos elementos não racionais. Ao considerar a ciência como um diálogo entre homem e natureza, Prigogine (2009) reafirma que ela (a ciência) faz parte da busca do transcendental, comum a outras tantas atividades culturais como a música, a literatura e a arte em geral, metáfora que sugere para representar a ciência do século XX.

Wani Fernandes Pereira

Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação. Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal/RN, Brasil.

Publicado el 28 de junio de 2021



Logo, nada mais apropriado para essa dupla comemoração do que a escolha de um espaço especial, uma galeria de arte, a Conviv'Art (Núcleo de Arte e Cultura – NAC, localizado no Centro de Convivência Djalma Marinho, Campus Central da UFRN, em Natal), para celebrar uma aliança entre estéticas de pensamentos, ciências, literaturas e artes.

Este encontro e lançamento fugiram às formalidades de eventos dessa natureza na medida em que incluíram um apelo de Angela Lúcia Ferreira e George Dantas – dois dos organizadores e também autores da obra citada – para leitura e apresentação do livro a partir de outros olhares e vozes estrangeiras ao HCurb: o meu, exposto mais adiante, e o de Fernando Wanderley Vargas da Silva, Fernando Mineiro, então candidato a deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, e Maria do Livramento Miranda Clementino, professora titular do Departamento de Políticas Públicas, pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais – PPEUR/UFRN, e integrante da Rede Observatório das Metrôpoles.

A primeira leitura do livro “Contra as Secas” motivou exercício mnemônico que me permitiu recrutar experiências aproximativas por um viés memorialista. Explico. Ao fazer uma incursão inicial nos temas e conteúdo, recorri a duas publicações que poderiam dialogar com o livro aqui lançado: “História Político-Administrativa da Agricultura do RN – 1892/1930” (Takeya; Lima, 1987) e “Terra e Seca. O Estado Capitalista” (Moura, 1989). A primeira trata do registro parcial de uma pesquisa realizada em nível nacional, tendo por coordenador do núcleo em Natal/RN e um dos autores, Hermano Machado Ferreira Lima, da UFRN.

Aquela experiência no contexto da licenciatura em História contribuiu tanto para realizar outros estudos tendo por lugar os arquivos e museus quanto para minha obsessão pela preservação de documentos em geral, pois testemunhei, ao longo daquela vivência, o descaso para com a história, cultura, memória e conhecimento,

no que se refere aos documentos escritos e visuais.

Aqui me refiro às péssimas condições em que se encontravam os documentos em geral pertencentes às duas instituições matrizes e lócus de tantas pesquisas: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), localizado no centro da cidade, e o arquivo da Secretaria/escritório do Ministério da Agricultura, naquele período instalado no bairro da Ribeira. Acredito que a escolha da pesquisa desenvolvida posteriormente para o mestrado – “Utilização da FT Feminina na Indústria Têxtil do RN: um estudo de caso”, de 1997 – tenha se transformado também em uma outra bifurcação daquela experiência.

A imersão na leitura do “Contra as Secas: Técnica, Natureza e Território”, tendo por referência os dois registros acima mencionados, proporcionou revisitar o mesmo em outro cenário, além da reificação do discurso de mais um ‘ciclo de secas’ na década de 1970, meio século depois, impondo novas expulsões de trabalhadores rurais despojados de seus meios de produção em ‘busca de melhores condições de trabalho’ em mais uma reorganização cíclica do Capital.

Repete-se e defende-se nos documentos oficiais os mesmos protocolos a favor de um outro período desenvolvimentista e, em uma espécie de eterno retorno, investimentos na produção do algodão tido “como uma matéria-prima” natural da região, o “ouro branco”, ideal para suprir um parque têxtil local, que passa a ser ocupado por empresas do sul e sudeste do país.

Ora, deve-se lembrar aqui que a indústria têxtil nacional entra em colapso financeiro entre as décadas de 1950 e 1960. No caso da antiga fábrica Seridó, nos primeiros anos de instalação e funcionamento, ao consultar parte da documentação referente ao registro dos trabalhadores, pudemos identificar maior contingente representado por mulheres de origem familiar rural, oriundas dos municípios de Pedro Avelino, Angicos e Lages, o que nos levou a inferir a influência da família

Alves, os maiores acionistas, no processo de implantação daquele complexo têxtil.

As outras incursões no campo do estudo e pesquisas sobre as secas ocorreram no período da participação como pesquisadora do Núcleo Temático “A Problemática da Seca no RN” (1988-89), coordenado pela Profa. Terezinha de Queiróz Aranha, encerrando com a curadoria compartilhada da exposição temporária “Guerra às Secas: itinerário de quatro gerações”, realizada na Biblioteca Central Zila Mamede/UFRN, de 26 de novembro a 04 de dezembro de 1992.

A imersão na leitura do “Guerra às Secas” provoca no leitor um impacto a partir dos dois “S” emblemáticos: Secas e Sertão, que demarcam a narrativa e servem aqui como uma Rosa dos Ventos para nos guiar em toda extensão do livro. A “Apresentação”, de autoria de Maria Lúcia Caira Gitahy (Profa. Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP), já nos fornece uma senha de acesso ao aporte e contribuições teóricas e metodológicas explicitadas na “Introdução”, que guia o leitor nos caminhos traçados pelas pesquisas em busca da tríade que nomeia o subtítulo do livro: a técnica, a natureza e o território, representada em um produto cartográfico seminal com o registro da “Região flagelada pela seca de 1877 e a delimitação de caminhos de ferros, projetados e em construção” (elaborado pelo engenheiro André Rebouças, em 1878). É essa tríade o fio condutor que dá forma aos elementos textuais a partir de três macro temas e seus desdobramentos, que apresento à guisa de sinopse. A Parte I: “A Problematização das Secas e do Sertão”, escava camadas profundas para dar conta de uma certa ontologia desse “fenômeno” que se constituiu como emergência conceitual, científica, literária e, por que não, política, disposta no arranjo do Sumário.

O capítulo 1, “Adentrando os sertões: palavras, limites e territórios (das secas)”, aborda algumas das formas de delimitação dos termos, enfatizando as sobreposições de significados que foram se estabelecendo nos diversos tipos de registros literários e técnicos. O capítulo 2, “Uma paisagem impressionadora: geografia

da seca”, narra o fenômeno das secas como elemento crucial para delimitar a própria noção de paisagem de parte significativa do Brasil e o enfrentamento de suas consequências, mobilizando pesquisas e reflexões sobre a necessidade de proteger o meio ambiente. O Capítulo 3, “A delimitação das secas como problema técnico”, explicita o conceito chave do livro, a “dimensão técnica das secas”, à luz do processo histórico de construção do entendimento dos fenômenos climáticos das estiagens como um dos principais obstáculos à constituição do Brasil em nação.

A parte II, “A Construção do Território das Secas”, está constelada em cinco capítulos: o 4, “Do bico de pena ao Blueprint: a formação da Cultura Técnica no Brasil e as Secas do Nordeste (1874-1933)”; o 5, “A construção do território das secas: as vias férreas de comunicação no Rio Grande do Norte (1880-1950)”; o 6, “A construção do território das secas: as obras de açudagem”; o 7, “Disciplinar conhecimentos e regulamentar soluções: a construção dos códigos de Águas e Florestal”; e, fechando essa parte, o 8, “As secas e a ordenação do território do Nordeste (1910-1959)”.

Os temas abordados revelam uma radiografia do processo histórico da emergência dos campos científicos adotados pelas instituições de ensino ainda no período colonial, como as Escolas Militares, seguindo-se a Escola Central do Rio de Janeiro (1856), Escola Politécnica do Rio de Janeiro (1874) e Escola Politécnica de São Paulo (1893), que estabelecem, ainda no contexto das escolas militares, os preceitos adotados para a formação de civis como Engenheiros-Geógrafos, Bacharéis em Ciências Físicas e Matemáticas ou em Ciências Físicas e Naturais. Pautadas em uma concepção positivista, serão estes fundamentos os pilares da formação de uma *intelligentsia* no país.

Cabe aqui uma digressão no sentido de chamar a atenção do leitor para o segundo item que compõe o capítulo “À Guisa de Conclusão”, que merece um destaque à parte. Intitulado modestamente “Informações acerca

da trajetória dos profissionais mencionados”, esboça um perfil biográfico de 48 nomes de profissionais estrangeiros e brasileiros. Esse esboço nos oferece a oportunidade de conhecer, mesmo que de forma sintética, uma outra cartografia, a da emergência daquela *intelligentsia* referida acima.

A meu ver, trata-se de uma sinalização de uma bifurcação temática de pesquisa que toma corpo no HCUrb, e que certamente extrapolará o modelo de um “Dicionário Bio-bibliográficos”, se reportando ao perfil e carreira de profissionais como Zózimo Bráulio Barroso (1839-1921), natural do Ceará, Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Central do Rio de Janeiro, sócio correspondente do Instituto do membro da Associação dos Engenheiros de Londres, e que atuou como engenheiro civil com destaque na engenharia hidráulica entre os anos 1866-1885.

Foram esses intelectuais de formação técnica, entre engenheiros, advogados e jornalistas, além de políticos e representantes das oligarquias, que ocuparam cargos nos aparatos institucionais e estatais desde a criação de Comissões Científicas para estudar temas como o Nordeste (1859), os Açudes (1879), elaborar projetos e planos regionais, até participar na criação de órgãos oficiais como IOCS (1909), IFOCS (1919), DNOCS (1945), SUDENE (1950), dentre outros, incumbidos de combater os problemas da região da seca, trabalhando paralelamente para a aplicação das doutrinas de planejamento e urbanização e a implantação das linhas férreas.

Parece-me oportuno destacar que a premissa fundadora no Combate às Secas, ao determinar um sentido bélico, nos reporta aos campos de formação disciplinar a partir da organização dos espaços de saberes representados pela escola militar e pelas primeiras escolas politécnicas, cuja genealogia consta do capítulo “Do bico de pena ao Blueprint: a formação da Cultura Técnica no Brasil e as secas do Nordeste (1874-1933)”.

A “guerra contra as secas” tornou-se um combate imponderável, ultrapassando, em

muito, o tempo cronológico da guerra mais longa da história – A Guerra dos Cem Anos (1337-1453). A guerra contra as secas se prolonga há quase dois séculos. Uma analogia à Sun Tzu (544-496 a.C.), estrategista de guerra, general do Rei Hu Lu e filósofo chinês, autor de “A Arte da Guerra”, tratado militar escrito durante o século IV a. C, me pareceu apropriada. Na abertura do capítulo I, ao tratar do planejamento, afirma categórico: a arte da guerra é de importância decisiva para o Estado; ela decide sobre a vida e morte, traz segurança ou ruína. Nós temos forçosamente de nos ocupar com ela. O cap. IV aborda a Tática e o aforisma 17 enuncia que o Método significa primeiramente medição; em segundo lugar, cálculo; em terceiro, prognose; em quarto, a ponderação; e em quinto lugar, a vitória (Sun Tzu, 1997). Caberia aqui perguntar quem seria o vencedor.

Uma das respostas possíveis pode ser observada na argumentação de Conceição Moura (1989) no artigo aqui já mencionado, “Terra e Seca: o Estado capitalista”. A pesquisa, desenvolvida junto ao Programa “A Problemática da Seca no RN, Estrutura Fundiária, uso e ocupação da terra”, teve por objetivo analisar a relação venda *versus* seca e observar de perto o comportamento dessas vendas dentro de um limite de transações de até 20 hectares. Como conclusões, um desses processos referia-se à dinâmica de especulação fundiária pela compra de terra como reserva de valor, e que grande parte daquelas transações dizia respeito à venda de terra do pequeno proprietário. Parte dessa oferta era vinculada às heranças, e pouco tinham a ver com estiagens prolongadas. O segundo processo é induzido, dessa vez, diretamente pelo capital via Estado, relacionando-se com o primeiro, ou seja, a construção de “grandes obras governamentais”, o que provoca uma reestruturação do espaço fundiário pela especulação entre os pequenos proprietários, mantendo-se o binômio desapropriação-concentração de terras.

Ora, sabe-se que o processo de concentração de terras é instaurado a partir da ocupação dessa *Terra Brasilis* com o início da colonização

portuguesa, somado ao consócio dos desmatamentos e roubo de madeiras como o Pau Brasil (*Caesalpinia echinata*), além da histórica acumulação de riquezas por meio do cultivo e exploração de monoculturas, como a cana de açúcar e o café, modelo atualizado com o plantio da soja e a expansão da criação de gado. Monoculturas que continuam a modificar a relação entre acumulação de capital versus expropriação dos meios de produção versus reorganização espacial.

É no sentido da ordenação do espaço até então difuso no país que a Parte III do “Contra às Secas”, Cartografias do Sertão, acompanha a elaboração do traçado de mapas e cartas, que dará origem e definirá outros contornos geopolíticos no território nacional, presente nos capítulos: “Representações para domínio do conhecimento e do território: a produção cartográfica da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1910-1915)”; “A verdadeira natureza da caatinga”: uma análise do mapa botânico do estado do Ceará e as ações da Inspetoria de Obras Contra as Secas (1909-1910)”; e “A Inspetoria de Obras Contra as Secas e o mapa de transposição do Rio São Francisco (1903-1913)”.

Ganha destaque o relatório (peça gráfica) do botânico Johan Albert Constantin Löefgreen, “Notas Botânicas” (1910), obra seminal na classificação fitogeográfica da vegetação do semiárido e suas potencialidades, contrapondo-se à imagem de uma paisagem morta, obra que resultou de excursões do cientista realizadas entre 1909 e 1910. Radicado no Brasil, dedicou-se ao estudo de espécies botânicas, realizou coletas para hortos criados por ele e chefiou a Seção Botânica da IOCS no período 1910-1913.

O capítulo trata do *corpus* documental em que associa relatórios ao conjunto de mapas produzidos pela IOCS na década de 1910; aborda a constituição imagética de um espaço que passa a se denominar Nordeste, percorrendo as áreas mais atingidas pelas estiagens compreendida entre os estados do Piauí até a Bahia; e registra dados meteorológicos, geológicas topográficos,

dentre outros, com vistas à construção de obras contra os efeitos das secas. Dentre elas se destaca a utilização do potencial hídrico visto como solução fundamental ao problema das estiagens.

A produção cartográfica que terá por desdobramento intervenções técnicas nos recursos hídricos, além da construção de açudes e canais, interligações entre rios até o início de discussões acerca da transposição do Rio São Francisco, favoreceu também a instalação de ferrovias, sua expansão e a delimitação política-administrativa dos estados.

A imersão em fontes históricas, imagens e representações sobre as secas e o processo de transfiguração urbana daí decorrente, o longo do itinerário percorrido pelo HCURB denota a construção de um estilo de pesquisa próxima das indicações de Bruno Latour. No livro “Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora” (2002), o autor apresenta e representa a construção do conhecimento por meio da imagem do deus Jano bifronte, como metáfora de uma “ciência em construção” – a face mais jovem à direita, e “a ciência pronta ou acabada” na face à esquerda. Convida então o leitor/aprendiz a “entrar no mundo da ciência e da tecnologia pela porta de trás, a da ciência em construção, e não pela entrada mais grandiosa da ciência acabada” (Latour, 2002, s.p.).

Eis um nascente “nordeste transformado num laboratório a céu aberto”, objeto de experimentações a partir da emergência de fundamentos científicos a partir de uma ciência positivista pautada na criação e expansão das engenharias, aqui já registrados, portanto, da emergência e consolidação de um campo de saber e poder, pautados na produção de um conhecimento disciplinar e uma ciência cujo paradigma vigente é o da monocultura da mente, expressão da física, filósofa e feminista Vandana Shiva (2003), que propugna uma solução única para todos os problemas de todos os lugares do planeta, independente de localização geográfica, ecossistemas, clima, populações.

O trecho denominado “O Nordeste, Um Canteiro de Obras” (Parte II, p.133-137) revela o processo sociológico, histórico e antropológico desse conjunto de ações, planos e políticas de intervenção. A expansão da cultura da técnica via uso de maquinário necessário às construções de açudes, estradas, vias férreas, exigiu uma transformação da força de trabalho disponível: os agricultores (os Cassacos, nome atribuído a um marsupial, também conhecido como rato do mato, ou os Flagelados) devem se transformar em operários, ao menos temporariamente na duração das grandes obras.

Ao final e ao cabo outros ciclos de estiagem se repetem. O flagelo se reinstala. Nessa jornada secular de delimitação geográfica, cartográfica, geopolítica, climática e discursiva, persistem e reverberam as premissas fundantes em referência à natureza com caráter bélico: “Contra as Secas”, “Guerra às secas”, ‘Combate às secas’, “Combate aos efeitos das Secas”. Mais uma vez, a antiga profecia não se cumpriu: o Sertão não virou Mar.

Nesse sentido, o livro “Contra as Secas” contribui para suscitar outras reflexões, desvelar eventos e identificar protagonistas. Expõe aos leitores uma radiografia do processo que também ficou conhecido como “a indústria das secas”. Documentar acontecimentos que abalam, mesmo que temporariamente, as certezas da técnica, por exemplo, quando se descreve o período de interrupção da construção da malha ferroviária, motivada pela passagem sobre as paralizações pelo bando de Lampião; quando denuncia o superfaturamento das obras; o não cumprimento das recomendações, planejamento e ações em que se associavam aos recursos hídricos a instalação de hortos florestais, a arborização das cidades com espécies frutíferas; os arranjos do capital empresarial e suas ingerências, que desembocam no usufruto de equipamentos públicos, como no caso da exploração das jazidas de gesso, após declaração de falência da empresa ferroviária sob custódia Albuquerque Maranhão & Cia., quando além dos poderes do Estado e do capital privado,

representantes do Clero exploram a força de trabalho, nas campanhas de emergência.

Embora esteja dito não se ter a intenção de fazer a história das secas, o conjunto formado pelos artigos que compõem a obra, o aporte teórico, o corpus de documentos, nos sugere uma escrita não da História das Secas, mas de uma versão possível, como advogado pelo paradigma das ciências da complexidade, ao fazer coro com a já mencionada noção de monocultura da mente defendido por Shiva (2003), quando ambos questionam uma única versão do conhecimento como verdade unitária.

Para a História, a Ciência, o conhecimento, são formas de contar ou narrar histórias. Em relação à ciência da história e à problematização posta na revisão entre as formas de narrativas da história, Siegfried Kracauer (apud Burke, 1992), historiador de cinema, aponta uma bifurcação nessa direção, ao sugerir que na ficção moderna, a decomposição da continuidade temporal enunciada por Joyce, Proust e Virginia Wolf oferece um desafio e uma oportunidade aos narradores históricos. Uma narrativa, uma história das secas, uma história dos homens, da natureza, da cultura, da cultura da técnica, preenche as 404 páginas da publicação “Contra as Secas”, o que torna inviável tentar resumir-la aqui sem correr o risco de reduzir ou mesmo mutilar o conjunto das temáticas, profusão e densidade da documentação reunida.

Em sua profundidade analítica, fica evidenciada uma Cartografia paralela e complementar pelo esforço na localização e tratamento do acervo documental, o que atribuo à laboração de uma Enciclo-pedia, no sentido clássico do termo, em sua etimologia: *enkyklos paideia*: “circular” + “educação”.

“Contra as Secas” enquanto coletânea de textos, pelo conjunto de fontes documentais, descreve o melhor possível o estado atual do conhecimento humano, torna-se um livro de referência ao tratar da construção de uma região no país – um NORDESTE, tendo como pano de fundo uma questão climática.

Nesse sentido, penso que a trajetória do HCUrb se aproxima das proposições apontadas por Felix Guattari (1992) quando argumenta a favor da interdisciplinaridade (destacada pela Profa. Maria Lucia Caira Gitahy na apresentação do livro), noção que o autor declara preferir chamar de transdisciplinaridade, por acreditar ser possível reinventar campos cognitivos, ecologizar a ciência e adotar um paradigma de criação processual próximo da estética. Recomenda adicionar à Declaração dos Direitos do Homem um artigo sobre o DIREITO DE TODOS À PESQUISA, o que desloca tal proposição do estrito campo acadêmico, direito este que, em um futuro próximo, pode provocar uma transformação profunda nos modos de expressão, de conhecimento, de negociação e sensibilidades, e repensar, portanto, uma política da ciência, construindo “agenciamentos coletivos de enunciação”. Reitero a recomendação acerca da importância e necessidade da leitura do livro, já destacado na apresentação. Complementaria: tona-se imprescindível!

Referências

- Burke, P (1992). *A Escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP.
- Guattari, F. (1992). Fundamentos Ético-Políticos da Interdisciplinaridade. *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, 108, 19-26.
- Latour, B. (2000). *Ciência em Ação. Como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: UNESP.
- Moura, M. da C. de Almeida (1989). *Terra e Seca: o Estado Capitalista*. Coleção Sala de Aula, n. 6. Natal: Cooperativa Cultural/UFRN.
- Prigogine, I. (2009). *Ciência, razão e paixão*. 2.ed, São Paulo: Livraria da Física.
- Shiva, V. (2003). *Monoculturas da mente*. Perspectivas da Biodiversidade e da Biotecnologia. São Paulo: Gaia.
- Sun Tzu (1997). *A Arte da guerra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, (Coleção Leitura).
- Takeya, D. M.; Lima, H. M. F (1987). *História Político-Administrativa da Agricultura do RN – 1892/1930*. PROED/Editora Universitária UFRN, Natal.

Wani Fernandes Pereira

Licenciada em História. Mestre em Antropologia Social. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Aposentada do Departamento de Fundamentos e Políticas da Educação – Centro de Educação/UFRN. Atualmente preside o Conselho Administrativo da Livraria Cooperativa Cultura Universitária do RN.

wanipereira1950@gmail.com